



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Pará

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N° _____/2020

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio do(s) Procurador(es) da República subscrito(s), no regular exercício de suas atribuições institucionais, com base nos artigos 127, 129, incisos II e III, e 225, caput e § 3º, da Constituição Federal, nos artigos 5º, incisos III, alínea d, e 6º, inciso VII, alínea b, e XX, da Lei Complementar nº 75/1993, bem como com fundamento no disposto na Lei Federal nº 7.347/1985, doravante denominado MPF; e

ESTÂNCIA BOI NA GROTA LTDA, inscrita no CNPJ sob. Nº 18.070.349/0001-65, representante legal Sebastião Marcos Cunha Freire (CPF nº 845.144.692-20), com sede na Rodovia BR 230, KM 176,5, Bairro Centro, Novo Repartimento-PA, e demais abrangidos na cláusula 5.4 deste documento, doravante denominada EMPRESA, ficando identificada a referida empresa como fornecedora de produtos bovinos.

CONSIDERANDO:

1. que cabe ao Ministério Público, como determinado no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atuar na proteção e defesa dos interesses sociais e difusos, bem como, especificamente, na tutela do meio ambiente, visando à ampla prevenção e reparação dos danos eventualmente causados, bem como a fiscalização de sua utilização por parte do particular, no interesse de toda a sociedade;
2. que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);
3. que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);
4. que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);
5. que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);
6. que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda “a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável,

direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”;

7. que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que “quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la”;

8. que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental “Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo”, prevendo aplicação de multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito”;

9. que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

10. que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

11. que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente;

12. que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

RESOLVEM as partes celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC**, que será regido pelas seguintes disposições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente TAC tem por objeto ajustar a conduta da cadeia de produção pecuária nos Estados que compõem a Amazônia Legal a fim de que a produção e comercialização do rebanho bovino obedeça as normas estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Código Florestal (Lei nº. 12651/12), Lei de Crimes Ambientais (lei nº. 9605/98), Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81), Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº. 9.985/00), Lei nº. 6.001/73, Código de Defesa do Consumidor, Convenção 169 da OIT, Convenção Interamericana dos Direitos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DA EMPRESA:

2.1 Das hipóteses de suspensão imediata de compra de gado bovino:

2.1.1 A EMPRESA compromete-se a não adquirir e/ou transportar e/ou comercializar e/ou intermediar negócios de gado bovino proveniente de cria, recria e engorda de fazendas que:

a) figurem nas listas de áreas embargadas divulgadas na internet no sítio dos órgãos do SISNAMA (Ibama, ICMBio e Órgão Estadual de Meio Ambiente);

b) figurem nas listas de áreas de trabalho escravo divulgadas na internet no sítio do Ministério do Trabalho;

c) estejam localizadas nos Estados da Amazônia Legal e tenham condenação judicial de primeiro grau, em ações criminais e civis ajuizadas pelo Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e/ou Ministério Público do Trabalho e recebidas pelo Poder Judiciário contra seus respectivos proprietários, posseiros, gestores e empregados pela prática de trabalho escravo;

d) tenham condenação judicial de primeiro grau, e até que esta não seja reformada pelas instâncias superiores, por invasão em terras indígenas, por violência agrária, por grilagem de terra e/ou por desmatamento e outros conflitos agrários;

e) estejam causando lesão, apurada em procedimento administrativo do Ministério Público Federal, a interesses ligados à questão indígena, a comunidades quilombolas e populações tradicionais e desde que a lesão não tenha sido paralisada até o momento da exclusão. Para fins de incidência dessa alínea, a partir da apuração da lesão deverá ser instaurado um procedimento administrativo específico no qual sejam observados o contraditório e a ampla defesa;

f) tenha ocorrido desmatamento ilegal a partir de 22/07/2008;

g) estejam localizadas em áreas indígenas reconhecidas por portaria declaratória do Ministério da Justiça ou objeto de interdição por ato da Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), bem como de áreas reconhecidas por ato administrativo federal, estadual e municipal como unidades de conservação (exceto aquelas em que a legislação permita o exercício da atividade pecuária);

h) tenham tido o CCIR inibido em processos administrativos de fiscalização cadastral do INCRA/Órgão Fundiário Estadual em razão de litígios e/ou sobreposição às terras indígenas, unidades de conservação, áreas de comunidades tradicionais (quilombolas) e áreas públicas (terras devolutas, em processo de arrecadação ou arrecadadas), ressalvadas as hipóteses de suspensão da medida no âmbito judicial;

§ 1º Nas hipóteses das alíneas “c”, “d” e “e”, a exclusão do fornecedor far-se-á imediatamente após a prévia comunicação do Ministério Público Federal ao diretor da EMPRESA.

§ 2º A exclusão dos fornecedores deverá ser comunicada ao Ministério Público Federal, na forma da cláusula 3.1, § 1º.

§ 3º Para maior detalhamento dos procedimentos de verificação do cumprimento das obrigações acima descritas, deverão ser observados o Protocolo de Monitoramento de

fornecedores de gado, bem como o Protocolo de Auditoria, que são partes integrantes do presente TAC.

§ 4º Em relação aos fornecedores indiretos, os Protocolos de Monitoramento e de Auditoria detalharão a forma evolutiva e factível de implementação gradual dos compromissos assumidos neste instrumento.

§ 5º A EMPRESA ficará autorizada, excepcionalmente, a ultrapassar os limites de venda de gado (cabeças de gado por hectare) previstos no Protocolo de Monitoramento, desde que mantenha sistema próprio de monitoramento de suas compras em relação às obrigações previstas neste TAC, assim como realize as auditorias anuais e atinja, nestas, os resultados mínimos estabelecidos pelo MPF a cada ano.

§ 6º Mediante solicitação, o MPF poderá emitir declaração de conformidade com o TAC, a fim de credenciar a EMPRESA junto a seus compradores para aquisições acima dos limites previstos no Protocolo de Monitoramento.

2.2 Da regularização fundiária e ambiental dos fornecedores de gado bovino:

2.2.1 A EMPRESA compromete-se a adquirir gado bovino tão-somente de fornecedores que:

a) Tenham obtido o Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e este esteja válido;

b) Apresentem o pedido de licenciamento ambiental, junto ao órgão ambiental estadual ou federal, a partir da assinatura, para os fornecedores com propriedades acima de 3.000 hectares; e em data a ser definida pelo MPF posteriormente, para os fornecedores com propriedades menores que 3.000 hectares;

c) Apresentem, a partir da data da assinatura deste TAC a regularização fundiária do imóvel rural, com a apresentação da Certificação do Georreferenciamento, prevista no Decreto nº 4.449/2002 e alterações, ressalvadas as hipóteses em que a certificação não tenha sido efetivada por culpa exclusiva do órgão público competente, nos seguintes prazos:

- c.1) 36 meses para os fornecedores com propriedades acima de 3.000 hectares;
- c.2) 48 meses para os fornecedores com propriedades entre 500 e 3.000 hectares;
- c.3) 60 meses para os fornecedores com propriedades de até 500 hectares.

§ 1º Caso grande parte dos fornecedores da EMPRESA não apresentem sua regularização ambiental nos prazos previstos na alínea “b”, as partes poderão ajustar, a partir da demonstração do esforço da EMPRESA no cumprimento dos prazos, que, em substituição às referidas obrigações, e com o objetivo de garantir que a origem de sua matéria-prima não esteja associada a desmatamento, invasão de terras indígenas ou unidades de conservação, a EMPRESA fará o monitoramento e bloqueio dos seus fornecedores irregulares através de sistema privado que contemple, entre outros meios, o mapa georreferenciado das propriedades (mapa que contenha o polígono do imóvel, obtido com GPS de navegação).

§ 2º Na hipótese de o fornecedor não possuir o CAR, a EMPRESA deverá deixar de manter relações comerciais, até a regularização da situação pelo órgão competente.

2.3 Da exigibilidade do sistema público de rastreamento:

2.3.1 A EMPRESA compromete-se a adquirir gado somente acompanhado da guia de trânsito animal eletrônica – GTAE, desde que disponível no Estado de aquisição dos animais. Não estando a GTAE disponível deverá ser utilizada a GTA no formato em que for oferecido pelo órgão de defesa sanitária do estado.

2.3.2 No prazo de 12 (doze) meses, o MPF e a EMPRESA envidarão esforços para incentivar a implementação de um sistema público de rastreabilidade, que tenha por finalidade garantir dados sobre a origem e destino do gado, desde a fazenda de produção até o consumidor final.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E NOTIFICAÇÕES:

3.1 A EMPRESA compromete-se a manter registros auditáveis de lotes de comercialização e transporte relacionando a propriedade de origem do gado e outros elementos de controle para fins de averiguação do cumprimento do presente instrumento por instituição independente aprovada pelo Ministério Público Federal, respeitado o prazo máximo de 05 (cinco) anos.

§ 1º A EMPRESA deverá manter lista de fornecedores credenciados, bem como dos fornecedores descredenciados, com o respectivo mapa georreferenciado das propriedades, localizados nos Estados da Amazônia Legal.

§ 2º A lista de que trata o parágrafo anterior será de livre consulta pelo MPF a qualquer tempo, e deverá ser publicada na internet, caso assim seja orientado pelo MPF.

3.2 A EMPRESA concorda em disponibilizar aos frigoríficos compradores todas as suas GTAs de entrada, bem como relação das fazendas fornecedoras, com o respectivo município de origem do gado.

3.3 Todas as notificações e demais comunicações entre as PARTES deverão ser por escrito e enviadas aos endereços e pessoas constantes deste instrumento, ou por e-mail com confirmação de recebimento.

ESTÂNCIA BOI NA GROTA LTDA

CNPJ: 18.070.349/0001-65

REPRESENTANTE LEGAL: Sebastião Marcos Cunha Freire (CPF nº 845.144.692-20)

SEDE: RODOVIA BR 230 KM 176,5, BAIRRO CENTRO, NOVO REPARTIMENTO-PA

e-mail: boinagrota@hotmail.com

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Pará

Trav. Dom Romualdo de Seixas, 1476 – Ed. Evolution

Umarizal, Belém/PA

CEP 66055-200

e-mail PRPA-Oficio10@mpf.mp.br ou outro que vier a ser indicado pelo MPF

3.4 A alteração de endereço pela EMPRESA deverá ser de imediato comunicada por escrito ao MPF. Até que seja feita essa comunicação, serão válidos e eficazes os avisos, as comunicações, as notificações e as interpelações enviadas para o endereço constante deste instrumento.

3.5 A EMPRESA contratará auditorias anuais para fiscalização da sustentabilidade socioambiental de suas compras, nos termos das instruções a serem anualmente expedidas pelo MPF, e em observância ao Protocolo de Auditoria a ser oportunamente divulgado.

3.5.1 A EMPRESA se compromete a atender integralmente as recomendações da auditoria realizada.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL:

41 O descumprimento ou violação dos compromissos assumidos, que restará configurado desde que observado o disposto nas cláusulas 4.2 ou 4.3, implicará o pagamento de multa correspondente a 50 (cinquenta) vezes o valor da arroba de boi gordo, segundo a BM&F-Bovespa, por cabeça de gado adquirido da fazenda fornecedora cuja aquisição tenha sido realizada sem a observância dos termos previstos neste instrumento.

§1º. O pagamento de qualquer das multas não desonerará a EMPRESA do dever de cumprir especificamente todas as obrigações previstas neste termo. O produto do pagamento das multas será destinado a fundo indenizatório previsto na legislação.

§ 2º No caso do descumprimento implicar violação a direitos indígenas, populações tradicionais e unidades de conservação, o valor da multa será revertido para essas comunidades e unidades de conservação.

§ 3º A penalidade ora estabelecida não é de natureza compensatória.

§ 4º A referida multa não será devida caso o atraso de qualquer obrigação prevista neste TAC não seja atribuível exclusivamente à EMPRESA ou decorra de casos fortuitos de força maior ou de ato de terceiros devidamente comprovados.

§5º Em caso de comunicação espontânea da EMPRESA, antes da ciência do MPF, acerca da aquisição de produto sem a observância dos termos previstos neste instrumento, acompanhada da adoção de mecanismos para evitar a repetição da conduta irregular, a multa prevista nesta cláusula será reduzida para 5 (cinco) vezes o valor da arroba de boi gordo, segundo a BMF-Bovespa, por cabeça de gado.

42 - No caso de impossibilidade de cumprimento de qualquer dos compromissos assumidos no presente TAC, por razões não atribuíveis exclusivamente à sua conduta, deverá a EMPRESA comunicar tal impossibilidade ao Ministério Público Federal, que poderá desobrigar a imposição da multa a que se refere a Cláusula 4.1, suspender a exequibilidade do presente TAC e/ou impedir o início de processos administrativos e judiciais, enquanto perdurar(em) o(s) motivo(s) que gere(m) a impossibilidade de cumprimento do(s) compromisso(s).

43 - Caso o Ministério Público Federal considere determinado compromisso inadimplido, sem que tenha havido comunicação por parte da EMPRESA na forma da Cláusula 4.2, deverá encaminhar comunicação à EMPRESA, que, uma vez ciente, terá 10 (dez) dias para respondê-la, apresentando justificativas pertinentes. Para todos os efeitos, somente se configurará o descumprimento do compromisso caso a EMPRESA não responda tempestivamente à referida comunicação ou, caso responda, quando não conseguir justificar, a critério do MPF, de forma razoável o inadimplemento do compromisso.

44 - Poderão as Partes, durante a vigência do presente TAC, de comum acordo e justificadamente, inclusive em razão da impossibilidade de que trata a Cláusula 4.2 e das justificativas de que trata a Cláusula 4.3, alterar o teor das cláusulas do presente TAC com

relação aos compromissos em si ou seus prazos de cumprimento, o que se dará por meio da celebração de termos de aditamento ao presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

45 As PARTES reconhecem que a assinatura do presente TAC não implica para a EMPRESA o reconhecimento de prática de qualquer ilegalidade em relação aos atos realizados na sua atividade, nem a procedência das acusações e pedidos realizados no âmbito de qualquer investigação ou a renúncia a qualquer direito ou argumento de defesa passíveis de serem utilizados administrativamente ou judicialmente.

46 O MPF dará ciência a toda a cadeia produtiva caso haja o descumprimento de qualquer cláusula do presente instrumento.

47 O presente TAC terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.347/85, e art. 585, VII, do Código de Processo Civil.

4.8. O cumprimento do presente termo implica ausência de responsabilização dos adquirentes dos produtos da EMPRESA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 Fica autorizada a divulgação do presente TAC para terceiros e público em geral pelas partes. O MPF providenciará a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, bem como no seu sítio eletrônico na internet.

5.2 A empresa, partindo da premissa de que os Estados da Amazônia Legal se comprometerão com o MPF a acelerar a adoção de políticas públicas necessárias para a evolução da cadeia da pecuária nesses Estados, compromete-se a participar ativamente das iniciativas atuando como parte interessada na questão.

5.3. O presente TAC substitui integralmente qualquer outro anteriormente firmado em qualquer unidade da federação com relação ao objeto deste instrumento, novando e sub-rogando as obrigações ali assumidas.

5.4 O presente TAC se aplica a todas as pessoas jurídicas vinculadas à EMPRESA compromitente, entendidas estas como as fazendas integrantes do mesmo grupo, coligadas ou com coincidência de sócios, considerando-se fraudulenta e sujeita às penalidades deste TAC, aplicadas em dobro, qualquer medida de triangulação, “lavagem de gado” ou similar que se preste a frustrar ou dificultar o monitoramento da origem do gado por meio da utilização de interpostas fazendas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

6.1 O presente TAC tem prazo indeterminado.

6.2 As disposições constantes deste TAC referentes à regularização fundiária não implicam o reconhecimento, pelo MPF, da regularidade ou de pretensão direito de qualquer dos fornecedores da EMPRESA sobre as áreas que venham a ser georreferenciadas. A discussão sobre tal regularização, inclusive quanto à viabilidade, deverá ser objeto de procedimento específico junto ao órgão fundiário estadual ou federal, cuja regularidade poderá ser aferida pelo MPF, em atuações individualizadas.

6.3 As disposições referentes ao licenciamento ambiental não implicam o reconhecimento pelo MPF de qualquer legalidade quanto à ausência de licenciamento, área de preservação permanente e reserva legal. A discussão sobre tal regularização, inclusive quanto à viabilidade, deverá ser objeto de procedimento específico junto ao órgão ambiental estadual ou federal, cuja regularidade poderá ser aferida pelo MPF, em atuações individualizadas.

6.4. A assinatura do presente não implica reconhecimento pela EMPRESA de quaisquer responsabilidades ou irregularidades decorrentes do objeto do presente TAC, seja de natureza cível, administrativa ou penal, renúncia de direitos e/ou confissão.

6.5. Em decorrência da assinatura e do cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta, o MPF não ajuizará qualquer tipo de ação judicial contra a empresa em relação as questões constantes do presente TAC, senão em caso de descumprimento das disposições do TAC.

6.6. O presente TAC tem abrangência em todos os Estados pertencentes à Amazônia Legal.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente TAC, em 3 (três) vias de igual teor e forma, elaboradas em 8 (oito) laudas, todas devidamente rubricadas.

Data conforme assinaturas eletrônicas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00040832/2020 TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA nº 4-2020**

.....
Signatário(a): **RICARDO AUGUSTO NEGRINI**

Data e Hora: **11/11/2020 16:31:14**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO**

Data e Hora: **11/11/2020 20:15:46**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave BEFF9865.F66B3315.FEC71B75.13B2618B